

**O RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX: ENTRE MINAS,
CAPOEIRAS E MERCENÁRIOS**
THE RIO DE JANEIRO OF 1828: BETWEEN MERCENARY, BLACK CAPOEIRAS AND THE
MINAS-NAGÔS

*Agnaldo Kupper**

RESUMO:

Uma cidade de contrastes, contraditória e essencialmente negra. Eis a Rio de Janeiro de 1828 que, como sede do Império Brasileiro, presenciou a ameaça mercenária estrangeira, a ameaça de negros capoeiras e a “ameaça fantasma” dos minas-nagôs refugiados de Salvador. Pouca coisa mudou da primeira metade do século XIX para a primeira metade do século XXI. Apenas contradições florescem ainda mais.

PALAVRAS CHAVE: Rio de Janeiro; capoeiras; minas; mercenários; formação do Estado brasileiro.

ABSTRACT:

A city of contrasts, contradictory and essentially black. That is Rio de Janeiro of 1828, as he adquarters of Brazilian Empire, witnessed the foreign mercenary threat, the threat of black capoeiras and the “ghost threat” of the minas-nagôes refugees from Salvador. Little has changed from the first half of the nineteenth century to the first half of the twenty-first century. Still, contradictions just bloom more than int the past.

Keywords: Rio de Janeiro; capoeiras; Minas; mercenary.

103

1. INTRODUÇÃO

Quase tudo no Brasil organizou-se com certo desleixo, próprio do espírito colonizador português. As próprias cidades surgiram sem planejamento. As próprias leis, estruturadas para pegarem ou não. As próprias relações sociais, costuradas em meio ao rigor, associadas à permissividade. A cidade do Rio de Janeiro não fugiu à regra.

A beleza da cidade sempre fascinou o iniciante estrangeiro, fosse ele branco ou negro. Era de admirar as casas e casarões improvisados à sombra das montanhas pintadas pelo verde da floresta tropical. Chegar à cidade e ser cercado por pretos e pretas, trajados em estilo africano, era ter a impressão de que se chegara à África.

A cidade do Rio sempre explicou sua história sob a ótica das elites. Estas procuraram narrar o que lhes interessava a respeito da chegada da Família Real, do processo de emancipação, do estabelecimento do I Reinado, dos anos turbulentos das regências, da ascensão prematura de Pedro II. Nessas suas narrativas, os donos de escravos ocultaram a vida dos verdadeiros donos das ruas cariocas: os negros, que sempre fizeram sombra, incomodaram e, mesmo que veladamente, exigiram serem levados em consideração na vida do centro urbano que acreditavam possuir.

Os movimentos negros, fossem eles libertos ou escravos, capoeiras ou minas, na primeira metade do século XIX, apenas acompanharam as transformações pelas quais passava a sociedade

* Mestre e doutorando na área de história e sociedade; professor de cursos pré-vestibulares, de ensino superior e de ensino de pós-graduação; escritor de livros didáticos e paradidáticos para o ensino médio.

carioca. As manifestações na cidade--capital explodiram sempre no vácuo das instabilidades e inseguranças de outros grupos sociais, fossem estes mercenários ou das elites. Um levante, nos moldes do ocorrido na Salvador de 1835, nunca ocorreu na sede imperial; a simples ameaça de que pudesse ocorrer, deixavam expostas as feridas de uma sociedade contraditória, frágil e, por que não dizer, um tanto quanto doente em sua base.

Não se podem compreender os costumes contemporâneos da bela cidade do Rio de Janeiro sem apreciar a formação da cultura afro-carioca em sua história. As queixas sociais identificadas nos sambas-enredo das escolas de samba, o forte apelo às questões políticas, a simpatia pelos que se dizem de oposição à ordem vigente e a forte resistência à figura oficial do Estado são fatos que somente podem ser entendidos caso apreciemos e levemos em consideração o que viveu a cidade em toda a sua trajetória de vida, seja ela política, social ou espiritual.

O próprio carnaval, fonte de arrecadação turística, vê, em seus dias atuais, celebridades (sejam elas diplomatas, atores de televisão, bicheiros, traficantes, banqueiros ou jogadores de futebol) disputando seus lugares nos camarotes de luxo, sem perceberem que tais camarotes são a extensão da varanda dos sobrados e que a avenida do samba é o terreiro, o caminho que foi concedido pelo senhor, e que vai da senzala à mesma senzala.

A musicalização, própria do carioca, pode ser entendida se nos remetermos ao século XIX, quando escravos africanos sentavam-se em qualquer canto de rua cantando a saudade da família e da pátria original. Sonhavam em retornar à África. Àqueles que perdiam as esperanças de consegui-lo, restavam duas alternativas: crer que a morte os levaria de volta às origens ou fazer da cidade uma filial da terra natal.

Algo, no entanto, é certo: não se deve acreditar que o negro não tenha lutado por sua autêntica liberdade: sempre o fez, nunca se adaptando às condições encontradas ou sujeitando-se ao que lhe foi imposto como exploração.

Os altos, fortes, reservados e austeros minas, identificados comumente por usarem barba em cavanhaque, ao chegarem em grande leva após o grande levante de Salvador de 1835, impuseram medo à sociedade do Rio, muito mais pelas fragilidades dos inconscientes senhores e das forças policiais. Os capoeiras, com suas habilidades, idem. O mesmo ocorria em relação aos moleques, aos cabras, aos libertos.

A presença de mercenários, contratados pelo imperador D. Pedro I, na cidade do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, expôs ainda mais as contradições de uma cidade contrariada e, por vezes, contraditória.

2. UMA CIDADE NEGRA

A cidade do Rio de Janeiro, fundada em 1565 por Estácio de Sá, surgiu pela necessidade de consolidação do domínio português sobre o Brasil, ameaçado, na região, pela presença francesa. No século XVII recebeu os primeiros engenhos de cana-de-açúcar; no século XVIII, tornou-se escoadouro para o ouro das Minas Gerais.

Em 1763, a cidade substituiu Salvador como capital do vice-reino do Brasil e passou a funcionar como empório para a exploração da escravatura. Tornou-se, assim, um reduto de negros.

Por volta de 1808, dos estimados cento e dez mil habitantes da cidade, cerca de noventa mil eram negros. Nem todos escravos. No total populacional, aproximadamente setenta milhares urbanos. O número de fogos (casas habitadas) superava dez mil. O total de ruas: setenta e uma. Becos: vinda e sete. Largos: 12.

O mais comum entre os habitantes era o uso de um português barbarizado, uma mistura do tupi, português e dialetos vários oriundos da África.

Nas ruas da então capital (em especial na das Violas, Ourives, Rosário e Quitanda), muito barulho, isso porque muitos escravos de ganho¹ ofereciam serviços ou mendigavam. Ao iniciante havia uma certa sensação de vadiagem², prevalecendo um estado pré-anárquico, confuso, em um claro desequilíbrio social, reflexo da indefinição e carência das ocupações. O comércio das vias misturava-se com lojas portuguesas, vendedoras de tecidos, perfumes, calçados e quinquilharias diversas.

Neste início do século XIX, a cidade crescia. Para o oeste em direção ao Campo de Santana e da Lagoa da Sentinela; para o sul em direção ao Catete e à Lagoa Rodrigo de Freitas. O lixo era coletado por carroças. A água, de chafarizes públicos. O esgoto era canalizado em direção às praias. Morria-se facilmente de febre, tumor, congestão, tuberculose, pneumonia e sarampo³.

Com a vinda da Família Real portuguesa (1808), fugindo que estava das tropas napoleônicas, muita coisa mudou. Estruturas como o Banco de Brasil, Casa da Moeda, faculdade, Horto Real, parques públicos, entre outros, foram montadas. Os serviços públicos melhoraram.

Em 1828, a cidade já contabilizava noventa ruas (algumas iluminadas por lampiões), trinta e cinco becos, dezesseis travessas, duas praças⁴. Algumas vias cuidadosamente pavimentadas. Os bairros mais valorizados eram os de Laranjeiras e Botafogo, com chácaras ocupadas por mansões. Tudo cercado por montanhas e vales; estes últimos, por sua vez, envolvidos por capões, matas virgens, mangues, rios e praias.

Mas a economia da capital não possuía grande consistência. Os casarões do centro da cidade, apesar de ostentarem certa opulência, mostravam no interior a decadência dos senhores. Tanto que escravos eram alforriados como contenção de despesas⁵, invadindo as ruas com batuques que duravam até cerca de meia-noite, sem que as forças policiais limitassem a prática, mesmo porque os negros tinham consciência de constituírem maioria na capital. O que incomodava mais eram as rodas de capoeira, deixando a cidade ainda mais barulhenta.

A afeição por festas entre os habitantes do Rio de Janeiro sempre se mostrou demasiada. Mesmo as festividades religiosas eram tomadas por grandes algazaras, próprio da intimidade dos fiéis com os seus santos. Outra prática disseminada era a de apostas: briga-de-galo e boliche estavam entre as preferidas. E música, muita música, com instrumentos originários da África, prevalecendo as violas-de-Angola, marimbas, caxambus e chocalhos.

3. ORIGEM E DESTINO DOS MORADORES NEGROS

A origem étnica dos africanos introduzidos na cidade do Rio de Janeiro nunca foi devidamente esclarecida, abrangendo etnias e culturas das mais diversas, situadas em uma vasta área entre o Golfo da Guiné e o Sudão, abraçando ainda a Região do Congo e a Costa do Índico⁶.

Como foi comum em todo o Brasil, os negros introduzidos na capital foram vítimas de conflitos étnicos, escambos, incêndios em aldeias africanas, entre outras atividades pouco nobres.

¹ Escravo usado por seu dono como instrumento de arrecadação de valores, através de trabalhos diversos ou esmolas.

² Mary C. Karasch. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

³ J.A. Goulart. *Da fuga ao suicídio – aspectos da rebeldia do escravo no Brasil*. São Paulo: Conquista, 1972.

⁴ Mary C. Karasch. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

⁵ Adolfo M. de Los Rios Filho. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

⁶ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1953.

Ao chegarem ao Rio de Janeiro, eram despejados nos mercados de escravos, como o do Valongo, onde eram comercializados. O preço variava de acordo com a idade e o vigor físico. Nada escapava à atenção do comprador: musculatura, ossatura, dentes, pele, órgãos genitais.

Efetuada a compra, o escravo era introduzido em atividades produtivas ou em serviços domésticos.

No início do século XIX (diferentemente dos séculos anteriores), os negros chegaram a protestar e reivindicar melhores condições de tratamento. Os senhores chagaram a ceder, quer pela decadência material em que viviam, quer pelo medo de uma revolta negra na capital, nos moldes da que ocorrera no Haiti em 1804.

A cidade, organizada em sua desorganização, festiva e barulhenta, saíria de sua rotina com os choques que enfrentou com mercenários irlandeses e alemães, estes peças sem encaixe na sociedade carioca.

4. A PRESENÇA DE MERCENÁRIOS

A suposta independência, gritada em 1822, não trouxe grandes transformações para o Brasil. Agora país, a estrutura fundiária continuava intocável, o cenário agro-exportador não se abatera, a ordem social manteve-se, assim como a fragilidade às oscilações do mercado externo. A construção do Estado Nacional estava marcada pela instabilidade, resultado das tensões entre as várias correntes do Partido Brasileiro. Não era incomum a jovem monarquia de D. Pedro I recorrer às armas para consolidar a emancipação imaginada. Foi o que ocorreu na Bahia, Grão-Pará, Piauí e Maranhão, principalmente até 1825, data em que Portugal reconheceu o desligamento político do Brasil, ao menos de forma oficial.

106

Não dispoño de um exército estruturado e de um corpo de oficiais tecnicamente preparado para enfrentar as forças portuguesas resistentes nas províncias citadas, a monarquia brasileira contratou mercenários estrangeiros para organizarem as tropas marítimas e terrestres. Na Bahia, os maiores combates pró-independência. A luta entre as forças mercenárias contratadas e as tropas resistentes portuguesas comandadas pelo brigadeiro Madeira de Mello, iniciou-se em fevereiro de 1822, seis meses antes do 07 de setembro. O quartel-general dos mercenários localizava-se na Vila Cachoeira e a luta foi duríssima. Em outubro do mesmo 1822, chegaram à “terrinha”, provenientes do Rio de Janeiro, reforços comandados por Labatut, impondo, um mês depois, derrota aos portugueses. Madeira de Mello, resignado, pediu apoio de Lisboa, recebendo novos contingentes. Só em maio de 1823 uma esquadra comandada pelo contratado Thomas Cochrane sitiou Salvador, fazendo render-se, em definitivo, a resistência lusa.

No Pará, os confrontos entre portugueses e partidários da independência iniciaram-se em 1821, intensificando-se dois anos depois. As forças de nossa então metrópole capitularam.

A incorporação do Piauí e Maranhão à autoridade monárquica também só ocorreu com o uso da força. Confrontos entre forças mercenárias europeias contratadas pelo Brasil e dispositivos militares portugueses, ocorreram também na Cisplatina, estendendo-se até 1828. Desta feita o Brasil saiu perdedor, permitindo o surgimento do Uruguai. Em 1828, o Império brasileiro ainda enfrentava resistências internas dos insatisfeitos com a dissolução da Assembleia Nacional Constituinte (ocorrida em 1823), com a imposição da Constituição de 1824, com a fúria de pernambucanos contra o autoritarismo imperial, com os caminhos da economia brasileira e com a declaração de uma guerra à Argentina, desastrosa para o Brasil.

Mas o que tirava o sono de D. Pedro I eram os mercenários estrangeiros contratados para garantir a independência que proclamou sobre um velho burro, às margens do Ipiranga. Um

burburinho na cidade do Rio de Janeiro corria e dizia respeito a um princípio de rebelião mercenária que provinha dos quartéis do corpo da linha e do Primeiro, Segundo e Terceiro Regimento. As causas das insatisfações do exército europeu contratado pelo Imperador: falta de pagamento dos soldos prometidos, os constantes castigos corporais ordenados por oficiais brasileiros e a péssima alimentação oferecida.

A concentração desses mercenários na cidade se devia ao fato dos principais desafetos de nossa independência terem sido vencidos e também pelo desejo desses estrangeiros de proximidade ao governo para pressioná-lo pelos prometidos não honrados. Entre os vários mercenários revoltosos, destaque a alemães e irlandeses, estes últimos muito propensos a embriaguez.

Para contribuir com o aumento das tensões, um soldado alemão fora castigado por um major no Batalhão de Granadeiros por ter-se recusado a bater continência ao mesmo. Foi o estopim de uma explosão que há muito se anunciava.

Com o castigo aplicado ao faltoso, a partir do quartel de São Cristóvão passou a ser articulado um motim entre os mercenários alemães. Estes abandonaram seus postos e dirigiam-se ao Palácio Imperial, onde passaram a exigir a presença de Pedro I. O Imperador recebeu dois representantes do grupo. Ouviu, mas ignorou. Perante o fato, irlandeses foram condenados por alemães a uma revolta maior. Foi o que ocorreu a partir do Campo de Santana e alastrou-se pelas ruas da capital nos dias 09 e 10 de junho de 1828. Nessas datas muitos moradores fugiram da cidade e os que permaneceram não saíram de suas residências.

5. NA BUSCA DE SOLUÇÕES, A CONTRADIÇÃO

Uma cidade infestada de capoeiras. Esta é mais uma característica da Rio de Janeiro de 1828. Originalmente, capoeiro foi o nome atribuído a grandes cestos utilizados no transporte de aves. Assim, quem o carregava, era dito homem do capoeiro. Para muitos habitantes da capital, capoeiro era sinônimo de desordem. Os capoeiras concentravam-se na estiva das embarcações. Nos momentos de folga, os negros estivadores procuravam demonstrar suas habilidades corporais através de golpes, simulando lutas que se estendiam em exhibições pelas praias, trapiches, mercados, praças e até torres de igrejas, demonstrando destreza e equilíbrio.

Na prática, a capoeira constituiu no recurso encontrado pelo negro e mestiço para fazer frente ao branco. E não era difícil identificar um praticante: chapéu batido, andar gingado, navalha à mostra, calça de algodão branco (larga, acima do joelho), pés no chão. Algumas senhoras os contratavam como guarda-costas; daí, para muitos deles, o esforço de exibição.

Os capoeiras andavam em bandos de quarenta a cem homens, sendo que cada grupo possuía um nome: o da freguesia de São Jorge, denominava-se Lança; o do Bom Jesus do Calvário, Ossos⁷. As denominações dos golpes com pés, pernas e cabeça proliferavam-se entre todos na cidade: chulipas, bênçãos, cocadas, rabos-de-arraia, voos-de-morcego.

Os capoeiras, por terem consciência da destreza que lhes era peculiar, não temiam os europeus mercenários armados. Os soldados mercenários invadiram as ruas, becos e vilas do Rio de Janeiro, fazendo de cada canto da cidade um centro de guerra, com saques constantes a alojamentos policiais. Para enfrentá-los, só mesmo os capoeiras, com história de rixas contra os europeus. Em junho deste mesmo ano, data da crise aqui narrada, a morte de alguns capoeiras (que se confrontaram com mercenários) provocou reações de outros pretos, intolerantes com a “soberba” histórica dos europeus, ao menos ao Brasil.

⁷ Mary C. Karasch. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

Moradores da cidade passaram a ver nos capoeiras a única solução para a eliminação da ampla desordem provocada pela fúria dos mercenários. Assim, mesmo que veladamente, passaram a incentivar as ações capoeiras. Ao final de junho, os alemães já haviam capitulado, rendendo-se. O mesmo ocorreu mais tarde com os irlandeses. Mas a capital estava longe de ter a relativa paz de outrora, isto porque armou-se o negro. Mais: permitiu-se que o mesmo percebesse, de vez, sua força na cidade.

5.1 Os Capoeiras Ameaçam a Capital!

A ação dos marginalizados capoeiras foi decisiva para o controle sobre os revoltados e traídos mercenários contratados pelo Império brasileiro. Os impressos da época exaltavam a retomada da capital. Mas o alívio seria temporário, já que o perigo passava a ser outro: os capoeiras. Muitos foram armados para o combate aos estrangeiros. Agora, como desarmá-los? Tanto que o intendente interino da polícia, Nicolau de Siqueira Queiroz, percebendo a gravidade da situação, publicou escrito oficial onde demonstrou os temores que pairavam sobre a cidade: “Faço saber a todos que o presente estabelece a fixação de editais proibindo que andem pessoas do povo armados por esta cidade, principalmente escravos. Castigos serão impostos aos remetentes, de acordo com o Imperial Aviso. Rio de Janeiro, Junho de 1828”⁸.

O viajante inglês Robert Wash, de passagem pela cidade do Rio em 1828, chegou a comentar às autoridades imperiais: “(...) simples idéia de estar em uma cidade onde milhares de negros, agitados, encontram-se armados com facas e punhais, soltos, é de causar arrepios!”.

Nas ruas percebia-se certa arrogância dos negros, muitos citando detalhes das guerras de independência da América e de movimentos como a Conjuração Baiana e Revolução Pernambucana de 1817, o que aliviava o medo dos ditos senhores da capital e da polícia era que a diversidade étnica e a diferença de status entre os escravos tornava a ampla rebelião imaginada pelos mesmos mais difícil de ocorrer.

E nunca ocorreu, embora os anos que se seguiram tenham mostrado os negros, em especial os capoeiras, mais confiantes e desafiadores. Tanto que alguns entraves entre os negros e os lusos podem ser destacados, com os de 1831 na Rua dos Caixeiros, outro na Rua Direita, e outro ainda na Rocio da Constituição. A queda da D. Pedro fez emergir o período regencial brasileiro (1831 – 1840), uma fase de instabilidade maior devido à afirmação do Estado Nacional. Entre 1831 e 1834 um grande levante negro era esperado na cidade do Rio. Prisões em série de capoeiras foram efetuadas. O então ministro da Justiça, Diogo Feijó chegou a determinar a proibição da entrada de pretos livres da África nos portos do Brasil, em especial do Rio de Janeiro. A ameaça só engrandeceu quando, a partir de 1835, somar-se-iam aos negros da capital os minas, provenientes da grande Revolta de Salvador.

5.2 Minas e capoeiras: uma união perigosa

As denominações guiné, angola-mina ou moçambique apontam indícios vagos da procedência dos negros introduzidos no Brasil. Na verdade, para os escravagistas, nunca importou a origem dos pretos; valia o vigor físico e a capacidade de trabalho. Exatamente por não se importarem com a procedência dos negros traficados, portugueses e brasileiros não se deram conta que nem todos eram “selvagens”. Assim, provenientes das nascentes do Níger, etnias do grande reino Yorubá

⁸ C.F.S. Cardoso. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

penetraram em solo brasileiro. Eram negros islamizados, conscientes de sua força e de seu nível cultural elevado. Sabiam ler e escrever, o que normalmente não acontecia com os seus senhores. Os malês, como conhecidos, eram orgulhosos e enérgicos. Desde que foram introduzidos pelas bandas do Brasil, em especial na Bahia, trabalharam duro, mentalizando a compra da liberdade.

E foi na Bahia que, em 1835, após sucessivos ensaios de rebeliões (1807, 1809, 1813, 1826, 1828 e 1830), cerca de dois mil negros muçulmanos insurgiram-se, tomando quartéis e quase que toda cidade de Salvador. Lutavam contra o caráter oficial e exclusivo da religião católica, contra a escravidão, contra a propriedade particular da terra e por Alá. O grande movimento malê de Salvador fora debelado com extrema violência pela Regência, com centenas de prisões, execuções e deportações, além de fugas contra as perseguições das autoridades locais. Neste último caso, muitos dos adeptos da Guerra Santa, que colocaram o Recôncavo Baiano em polvorosa, dirigiram-se para a sede do Império.

Introduzindo-se na grande “cidade negra”, os minas-nagôs (ou malês) passaram a circular pelas ruas da capital livremente, envolvendo-se com os capoeiras. Se a situação de insegurança preocupava a força policial do Rio, agora ainda mais.

Em 1835, a chegada, em uma só leva, de noventa e oito escravos provenientes da Bahia, fez o chefe da polícia da corte, Eusébio de Queiroz, emitir ordens para que os mesmos não desembarcassem na cidade do Rio de Janeiro.

Nem por isto houve desestímulo para a entrada de novos refugiados de Salvador. Nem todos fugidos, já que alguns eram trazidos pelos seus senhores para a venda, já que se tratava de negros que se envolveram, direta ou indiretamente, com o movimento de janeiro de 1835 de Salvador e estavam depreciados.

Definitivamente, tudo no Brasil soava rebelião: no Pará, a Cabanagem; na Bahia, a Sabinada; no Rio Grande do Sul, a Farroupilha. Estes movimentos estavam sendo desenhados e as notícias dos andamentos chegavam assustadoras na sede do Império, elevando ainda mais a tensão regencial.

Eusébio de Queiroz, percebendo a incapacidade de abrigar tantos negros nas prisões, passou a fazer uso das deportações, em especial dos minas-nagôs. Os capoeiras que se envolviam ou protegiam malês, passaram a ser vigiados mais de perto.

Em certo momento, o chefe da polícia apelou para o ministro da Justiça da Regência, Manoel Alves Branco. Este, perante os relatos, determinou a organização de uma ação policial concentrada na capital, com batidas simultâneas em casas coletivas de malês, exatamente como procedera a polícia baiana para coibir a tomada daquela cidade pelos minas-nagôs. A região do Valongo, ponto de chegada de negros, abarrotada destas casas, tornou-se o ponto preferido das ações de Eusébio e seus homens.

Foram expedidas circulares para todos os juízes de paz do Rio de Janeiro. Deveriam, dia e noite, patrulhar e pesquisar a atuação dos negros islamizados que, nesse 1835, espalhavam-se pela capital. À Secretaria dos Negócios da Justiça, foi determinado um “pente-fino”, ou, como queiram, ações seguidas de relatórios contra negros da capital, relatórios que indicassem a origem, a tendência religiosa, proveniência e estilo de vida de cada um. Todas as informações deveriam chegar às mãos do ministro Alves Branco antes mesmo que às mãos do chefe policial, normalmente a figura maior nas questões de ordem pública na capital. O medo chegava ao seu grau máximo.

Mas o Estado brasileiro não imaginava (ou percebia) que o “perigo” mina não era exclusividade da cidade. De São Paulo já vinham rumores da presença malê em Bananal. Claro, o Rio era o Rio, a sede da regência, onde toda crise tomava maiores proporções. Já se ouvia falar que a presença de negros islamizados era o que faltava para os demais negros pegarem as armas

adquiridas desde a explosão contra os mercenários em 1828. Já se ouvia falar, também, de uma explosão definitiva dos negros com vistas a encerrar a exploração dos escravos.

Denúncias, delatando que tal explosão negra iniciar-se-ia pela freguesia de São José, local preferido para abrigo pelos minas, chegavam às mesas da Regência, deixando as autoridades em polvorosa.

Esse o clima na cidade negra em dezembro de 1835. Em janeiro do ano seguinte, uma pista concreta de um levante programado chegou às mãos de Eusébio de Queiroz: dentro de um boné de um preto da freguesia de São José, foi encontrado um papel com instruções para uma rebelião negra na cidade. Outro plano de insurreição escrava em Sacra Família, província do Rio, levou as autoridades ao desespero. Para piorar a situação, chegavam informações de que os rebeldes cabanos obtinham vitórias expressivas contra as forças imperiais no Pará.

No início de 1836, foi identificada pelas autoridades uma prática até então não percebida: a sedução, em que minas atraíam cativos para a cidade e os enviavam, com a anuência dos fascinados, para fora da mesma, infestando fazendas e quilombos de negros. A prática era facilitada pelo fato dos malês serem libertos, o que os permitia ir e vir. Com a sedução, ampliava-se a comunicação cidade-campo. O perigo mina mostrava-se, portanto, vizinho da ameaça capoeira, com um diferencial: os capoeiras não formavam um grupo coeso por rivalizarem-se em bandos, enquanto os minas possuíam um propósito, unidos que eram pela condição religiosa. Seja como for, o contato entre os grupos poderia inspirar os capoeiras à união, dado o referencial mina.

O medo passou a ser a sombra dos privilegiados. E foi assim, pelo menos até o término da primeira metade do século XIX, quando a incerteza, o tormento, o perigo de um grande levante negro na capital do império, começou a desfazer-se. Só mesmo por volta de 1850, com a lei que pôs fim ao tráfico negreiro, iniciou-se o processo de dissipação do pesadelo que afligira fortemente autoridades e senhores da bela cidade negra. Já não estavam no poder regentes, mas o herdeiro legítimo de Pedro I, seu filho, intitulado Pedro II.

A partir da lei que levava o nome do chefe da polícia das regências que tanto sofreu com a ameaça negra no Rio de Janeiro, passou a minguar a entrada de novos negros na condição de escravos, exatamente no período em que o café dominava o cenário econômico e exportador brasileiro, exigindo grande quantidade de mão-de-obra. Cedendo o contrabando negreiro, os escravos da capital passaram a ser vendidos para as grandes fazendas do interior. Diminuíam, assim, o temor na sede imperial, porém os chamados malês ainda mantinham seu referencial de liderança, como mantinham também suas reuniões secretas, em que praticavam seus ritos, ainda classificados como suspeitos pelo agora ministro da Justiça, Eusébio de Queiroz.

Um levante malê, nos moldes do ocorrido em Salvador em 1835, nunca ocorreu na capital. A ameaça esteve mais na cabeça dos dirigentes do que na intenção dos negros muçulmanos, estes sempre pouco entendidos em solo brasileiro. A própria vinculação entre os minas e os capoeiras talvez tenha sido mais imaginada do que concreta. Seja como for (ou foi), a utilização de medidas repressoras conseguiu conter o pesadelo da ameaça negra na capital.

CONCLUSÕES

Deve-se levar em consideração o que muitos historiadores afirmam: “os conflitos históricos são travados ao menos duas vezes”. A primeira refere-se ao evento em si; a segunda é a versão do movimento passada pelos populares, pelas elites, pelos curiosos da história e pelos acadêmicos em geral, ávidos pela produção de evidências.

Assim, na luta pela construção histórica, tanto no Brasil como em outros lugares onde vigorou a escravidão moderna, concentram-se debates. Independentemente destes, a escravidão sempre foi muito lucrativa para quem dela usufruiu, em um claro racionalismo dos proprietários. O fim da escravidão não pode ser entendido apenas pela ação de brancos, mulatos ou negros livres abolicionistas, ou de ações de governos, ou de pressões populares, ou de pressões externas.

Deve-se entender que o escravo também agiu. Não eram meras máquinas de trabalho, nem simples animais. Sempre reagiram sistematicamente à situação em que se viam. Revoltas, fugas, ameaças e assassinatos foram demonstrações espetaculares de ações de repúdio à exploração a que eram submetidos. Até mesmo as condições de trabalho eram negociadas com os proprietários, em especial na “cidade negra”. As agitações vividas na cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX formam um grande exemplo da luta dos negros contra a condição escrava. Faziam questão de deixar no ar o fantasma de uma ação definitiva, nos moldes da ocorrida no Haiti em 1804.

Não deve parecer estranho que os movimentos de rua, como os de 1828, em que o aparato militar mostrou-se vulnerável para o combate aos estrangeiros mercenários, tenham sido aproveitados pelos escravos, libertos, livres e africanos livres, para demonstração de que as forças de um Estado Nacional em formação eram insuficientes. Mas faltava a “costura” entre os membros da sociedade explorada na então capital, o que se deu com a presença dos minas a partir de 1835, temidos que eram pelos proprietários devido à liderança natural que possuíam junto à massa negra.

Aos que esperavam com estas narrativas um grande final, afirmo apenas que detalhar movimentos grandiosos e definitivos é até razoavelmente simples; tocar em projetos fracassados, nem tanto. De qualquer forma, estes pequenos anseios e lutas escondem estruturas imensas.

O povo, na história brasileira, sempre lutou e sempre perdeu. Mas lutou. E continua lutando (mesmo sem clareza) pela dignidade, pela condição mais próxima da igualdade, pela cidadania, num claro desejo de querer ser agente de sua própria história. O que ocorre, no entanto, é que lutar por direitos neste belo Brasil desigual, sempre pareceu uma ofensa.

Caso comparemos a Rio de Janeiro de hoje com a da primeira metade do século XIX, concluiremos não ter havido uma grande mudança: os menos favorecidos, os mais explorados e os donos das ruas insistem na liberdade, na autonomia, na felicidade imaginária. Eis aí a grande ameaça aos que da bela cidade se dizem donos.

REFERÊNCIAS

BRAZ, Júlio E. Luís Gama: de escravo a libertador. São Paulo: FTD, 1991.

CAMPOS, Flávio de. Oficina de História: história do Brasil. São Paulo: Moderna, 1999.

CARDOSO, C. F. S. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979.

HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1984.

KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro – 1808-850. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

KUPPER, A; CHENSO, P. A. História Crítica do Brasil. São Paulo: FTD, 1998.

III

R
E
V
I
S
T
A

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1953.

RIOS FILHO, Adolfo M. de los. O Rio de Janeiro Imperial. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.